EFEITOS DO 'VIGIAR E PUNIR' PARA A SUBJETIVIDADE DOS EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Ingride Miranda da Silva Narciso¹

Luanna Del Carmen Barbosa Mattanó²

RESUMO

O presente artigo se propôs a investigar os atravessamentos entre encarceramento e subjetividade, pois o crescimento da população prisional e os altos índices de reincidência denunciam um sistema falho, suscitando o interesse pela compreensão de como as vivências nas instituições prisionais afetam o encarcerado e como estas influenciam nos modos de pensar e agir. Para isso, foi feito um estudo qualitativo, a partir da escuta de quatro egressos do sistema carcerário brasileiro, com o intuito de entender os efeitos da passagem por essa instituição para a subjetividade. As vivências no cárcere e o funcionamento do sistema prisional foram analisados à luz dos pensamentos foucaultianos, principalmente no que diz respeito à análise que ele faz das instituições. Por fim, teve-se que as vivências nas instituições carcerárias podem ocasionar processos de dessubjetivação nos sujeitos presos, em que a relação consigo mesmo é abalada, dificultando até que os sujeitos encontrem palavras para definir a si. Tendo isso em vista, é necessário repensar as práticas carcerárias no sentido de propiciar relações que contribuam para um caminho rumo à ressocialização. Além disso, o estudo evidenciou a importância da instituição ser pensada a partir das premissas dos Direitos Humanos, o que também faz parte do compromisso da Psicologia.

Palavras-chave: Encarceramento. Subjetividade. Análise Institucional.

ABSTRACT

The present article sought to investigate the intersections between incarceration and subjectivity, since the growth of the prison population and the high rates of recidivism denounce a flawed system, raising interest in understanding how the experiences in prison institutions affect the incarcerated and how their way of thinking and acting are influenced by it. For this, a qualitative study was carried out, based on listening to four ex-prisoners from the Brazilian prison system, in order to understand the effects of passing through this institution for subjectivity. The experiences in prison and the functioning of the prison system were analyzed in the light of Foucauldian thoughts, especially with regard to his analysis of institutions. Finally, it was found that experiences in prison institutions can lead to processes of de-subjectivation in prisoners, in which the relationship with themselves is shaken, making it difficult for individuals to find words to define themselves. With this in mind, it is necessary to rethink prison practices in order to provide relationships that contribute to a path towards resocialization. In addition, the study showed the importance of prisons

¹Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano. E-mail: ingridemsilva14@gmail.com

²Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano. E-mail: lmattano@souunisales.com.br

being seen through the lenses of Human Rights, which is also part of Psychology's commitment..

Keywords: Incarceration. Subjectivity. Institutional Analysis.

1. INTRODUÇÃO

O interesse em compreender as instituições carcerárias brasileiras foi despertado em mim a partir de uma experiência prévia de estágio supervisionado numa unidade prisional, em que pude observar que as pessoas privadas de liberdade, que (sobre)vivem ali, buscando formas de se adaptar ao encarceramento, transbordam uma demanda de escuta. Em contrapartida, percebi uma lógica de poder e silenciamento bastante presente. O número de pessoas encarceradas crescia a cada dia, assim como as metas de atendimentos e grupos, o que acabava priorizando a quantidade das práticas da equipe psicossocial em detrimento da qualidade delas. Nessa realidade, me perguntava em todos os trajetos de volta para casa: Quem são esses sujeitos que ponderam as palavras, que não nos olham nos olhos...? De que maneira posso escutá-los?

O sistema prisional brasileiro é um assunto alvo de muitos debates relevantes, principalmente em relação ao alarmante número de pessoas encarceradas. Em junho de 2021, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (2021), o Brasil contava com o total de 820.689 mil pessoas com alguma privação de liberdade, além de que “entre os anos de 1990 e 2014 a população prisional aumentou 6,7 vezes, passando de 90 mil pessoas presas para 607 mil” (BRASIL, 2015, p. 6). No Espírito Santo, dados publicados pela Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, também em 2021, apontam que mais de 9 mil pessoas encarceradas excedem a capacidade do sistema prisional capixaba, além de que no Brasil o número de penitenciárias superlotadas corresponde a 54,9% do total (PORTAL G1, 2021).

Tendo isso em vista, o aumento da população carcerária pode ser considerado como um indicativo de um sistema que apresenta falhas e evidencia a necessidade de um olhar para além das políticas públicas, sobretudo, um olhar social em relação aos fatos (FRANDOLOSO; OLIVEIRA, 2015), a fim de amenizar a tendência à individualização de questões sociais, que significa responsabilizar e culpabilizar um único sujeito por algo que foi construído historicamente numa sociedade. É visto que promover segurança vai além de construir prisões e modificar as leis - é preciso buscar o objetivo maior, que é a ressocialização (MAMELUQUE, 2006).

Além disso, um levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça constatou que, das pessoas com processos registrados no Tribunal da Justiça em quase todo o Brasil no ano de 2015, pelo menos 42% se envolveram em outro(s) processo(s) até o mês de dezembro de 2019 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019). No mesmo estudo, ainda foi colocado que “o Espírito Santo seria o estado com maior nível de reincidência” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019, p. 53), o que reafirma a relevância de compreender a dimensão subjetiva da experiência do cárcere.

A partir deste contexto, é indispensável dialogar com o que foi abordado na obra “Vigiar e Punir”, de Michel Foucault, pois tal realidade demonstra o que o autor expõe sobre as questões de vigilância e punição, que ainda serão discutidas aqui.

Desta maneira, o presente artigo é relevante ao alavancar novos estudos em relação ao tema da subjetividade - com foco no público específico dos egressos do sistema prisional -, e poderá servir de base para pesquisas futuras, além de favorecer o desenvolvimento de propostas de intervenção para as questões provenientes do sistema penitenciário. Enquanto isso, a relevância social relaciona-se ao aumento da população carcerária, na realidade atual, que denuncia a necessidade de entender de que maneira as pessoas privadas de liberdade interpretam as vivências nessa instituição, ao dar voz à tais sujeitos, que estão à margem da sociedade.

Ainda, o estudo se faz importante para sensibilizar a sociedade para as questões do sistema prisional, ao atentar ao fato de que as pessoas privadas de liberdade são seres humanos, sujeitos atravessados por afetos, direitos, deveres e experiências, isto é, subjetividades. Assim, a realização da pesquisa pode contribuir, juntamente a outros estudos, para pensar o sistema prisional e possibilidades de intervenção a partir do conhecimento das consequências das práticas ali existentes.

Diante do exposto, cabe-nos perguntar: “Quais os efeitos do sistema carcerário brasileiro para a subjetividade dos seus egressos?”. Para isso, esta pesquisa teve como objetivos específicos: analisar como os egressos interpretam as vivências no sistema carcerário brasileiro; investigar as transformações que os egressos percebem em si após a passagem pelo sistema carcerário brasileiro; e compreender os afetos que atravessam a vida na prisão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Damázio (2010) faz um panorama dos desafios que a segurança pública vem enfrentando nas últimas décadas, apontando como principais o crescimento das taxas de criminalidade; a violência policial; a superlotação das cadeias; a morosidade judicial; dentre outros. Tais apontamentos refletem a necessidade de uma atenção para as questões do sistema prisional do Brasil.

Para isso, é importante ressaltar que:

A Segurança Pública é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, apud DAMÁZIO, 2010).

Ainda em relação às características do encarceramento brasileiro, Kallas (2019), ao dissertar sobre suas condições, aponta problemas relacionados à superlotação de pessoas encarceradas; à má infraestrutura das cadeias; à falta de organização no sistema e, em especial, nas unidades; à dificuldade de reinserção do indivíduo na sociedade; entre outros. Com base nisso, o autor descreve o sistema prisional brasileiro como falho. Além disso, menciona o posicionamento da sociedade perante a questão, que, em muitos momentos, levanta questionamentos sobre a necessidade de manter os Direitos Humanos no regime das unidades prisionais, e ignoram os sujeitos que estão por trás dos crimes, que também são humanos e possuidores de direitos (GRECO, 2016 apud KALLAS, 2019).

Monteiro e Cardoso (2013) também denunciam falhas em relação à transmissão de informações públicas, como inconsistência de dados penitenciários e, por vezes, a falta de notificação da quantidade de óbitos dentro do sistema prisional. Segundo os autores, as prisões brasileiras ultrapassam todos os limites de prisão provisória e institucionalizam as condições insalubres das unidades.

Ao discutir sobre as equipes de servidores que atuam no sistema penitenciário brasileiro, Damázio (2010, p. 51) coloca que “a equipe técnica é composta por enfermeiro, auxiliar/técnico de enfermagem, psicólogo, médico, dentista, assistente social, advogado, pedagogo e terapeuta”. A autora denuncia que mesmo envolvendo estes diversos profissionais, tal equipe se constitui como uma minoria em relação ao número de agentes penitenciários, o que a faz refletir que o objetivo de punição impera mais que o de ressocialização (DAMÁZIO, 2010).

A saber, o agente penitenciário é o profissional que precisa agir em prol da ordem e da disciplina nos estabelecimentos penitenciários, sendo o responsável pela manutenção do confinamento durante o cárcere. Seu trabalho envolve escolta dos presos; fiscalização da entrada e saída de pessoas nas unidades prisionais; conferência diária dos encarcerados; supervisão da conduta dos presos; ações mediante infrações disciplinares; programas de apoio e ressocialização; entre outros (JASKOWIAK; FONTANA, 2015).

Sobre o regime disciplinar das prisões, cada vez mais rígido, mostra-se contrário à perspectiva da ressocialização, pois condições cruéis e repressivas associadas à omissão do Estado geram consequências terríveis, como as rebeliões ocorridas nos presídios e o crescimento do crime organizado, o que remete à possibilidade do aumento da população carcerária ser reflexo do modo de aprisionamento, ao considerar, também, os altos índices de reincidência (MACAULAY, 2006 apud MONTEIRO; CARDOSO, 2013). “Prender não é sinônimo de redução da criminalidade” (MONTEIRO; CARDOSO, 2013, p. 110).

Considerando a evolução dos sistemas punitivos, segundo Feitosa (2014), as penas degradantes deram lugar àquelas com perspectivas mais humanitárias, o que sempre levanta discussões acerca dos direitos dos encarcerados. Assim, com base na Constituição Federal de 1988 (apud FEITOSA, 2014), fazem parte dos direitos dos detentos, no que diz respeito à execução da pena: alimentação suficiente; ser chamado pelo nome; assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Tais direitos condizem com as premissas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que devem prevalecer dentro e fora das cadeias.

Ademais, a grande taxa de suicídios nos presídios brasileiros implicam na necessidade de atenção à saúde integral dos detentos.

Em 2015, foi empiricamente comprovado que os detentos são 4x mais propensos a cometer suicídio do que o total da população brasileira. Neste estudo, foi notado que a taxa de 5,5 suicídios para cada cem mil habitantes virava uma taxa de 22,2 para cem mil presos. A diferença é ainda mais gritante entre as mulheres: as que têm sua liberdade privada se suicidam 20 vezes mais do que as vivendo fora das prisões (NALLES, 2020, n.p).

Quando são procuradas causas para tal fenômeno, encontra-se a superlotação, que diminui ainda mais a qualidade de vida dos encarcerados, e a falta de assistência educacional e à saúde que, como supracitado, se constituem como direitos dos detentos (NALLES, 2020).

Sendo assim, nota-se a necessidade de defender a melhoria do sistema carcerário brasileiro, com base nos Direitos Humanos, que envolva ações e serviços com fins de reintegração e preservação dos direitos das pessoas privadas de liberdade, pois a instituição prisional nacional não oferece condições dignas de sobrevivência (TONDIN; CORTINA, 2021). Ainda, os autores apontam que “a criminalização da pobreza, a seletividade penal e as condições das prisões brasileiras mostram o contrário quanto às possibilidades restauradoras da justiça penal” (TONDIN; CORTINA, 2021, p. 3).

2.2 VIGIAR E PUNIR

Para realizar uma análise das instituições prisionais, é essencial se debruçar na obra de Foucault intitulada "Vigiar e punir: o nascimento da prisão", em que o autor explora os aspectos das prisões desde o seu início e esmiúça as relações de poder que as regem. Além disso, é relevante apontar outros autores que dialogam com tal obra.

Em relação ao histórico das práticas vigilantes e punitivas, a partir do século XVII, foram desaparecendo os suplícios, que tinham o corpo como alvo de repressão penal, em forma de espetáculo. “A punição pouco a pouco deixou de ser uma cena” (FOUCAULT, 2014, p. 14). Nesse momento, a certeza da punição é que afasta o homem do crime, e não mais a cena. A pena passou a ser centralizada na perda de bens ou direitos, mas foi visto que apenas retirar a liberdade não era funcional - sempre acabava implicando novamente em punição ao corpo, como masmorra, redução alimentar e privação sexual (FOUCAULT, 2014).

Por conseguinte, com a retirada do corpo como foco da punição, tem-se a busca pela punição da alma: um castigo que atue sobre a vontade e o coração, de forma a ferir mais a alma do que o corpo físico (FOUCAULT, 2014), castigo este que se relaciona à subjetividade à medida que dificulta que o encarcerado construa de forma livre as relações e as decisões que o constituem como sujeito.

A partir do século XVIII, “o direito de punir se deslocou da vingança do soberano à defesa da sociedade” (FOUCAULT, 2014, p. 89), ou seja, a punição para o crime seria útil se servisse para reparar o mal que o sujeito fez à sociedade. Sendo assim, foi necessário que as prisões tivessem normas que relacionassem as consequências sociais do que foi feito à pena que seria cumprida, e mais ainda, a pena passou a ser calculada pensando na possibilidade (ou não) de repetição dos atos infracionais. Nesse sentido, a punição passa a visar também o futuro, como forma de prevenção, porém, apenas no sentido de punir o quanto for necessário para impedir que a ação se repita (FOUCAULT, 2014).

Tondin e Cortina (2021) fazem uma alusão à Foucault (2009) para definir as instituições prisionais:

Ainda para Foucault (2009), a prisão se caracteriza como instituição que, ao privar de liberdade sujeitos infratores da lei, configura-se como dispositivo estatal que objetiva, pautado em princípios legais e morais, puni-los, discipliná-los e modificá-los. Assim, por meio de mecanismos de repressão, isolamento e correção, numa lógica de controle, punição, vigilância e regulação, intenta adequação/adaptação dos presos ao sistema social (FOUCAULT, 2009 apud TONDIN; CORTINA, 2021, p. 3).

Já para Goffman (1961), as prisões são instituições totais, isto é, um único espaço em que se realiza todas as atividades com um mesmo grupo e sob tutela de agentes penitenciários, tendo caráter de fechamento ao isolar o detento do mundo externo, em que ele participava de diferentes contextos.

Neste sentido, Foucault (1979 apud FERREIRA; OLIVEIRA; CARVALHO, 2015) coloca que dispositivos de poder atuam de forma a normatizar os sujeitos a partir das posições ocupadas por eles, ao produzir verdades sobre os mesmos, o que faz com que suas subjetividades sejam moduladas pelos papéis que tais indivíduos ocupam na sociedade. Isto significa que o poder produz indivíduos/corpos dóceis, que se tornam receptivos e flexíveis ao que é imposto, ou seja, acabam não resistindo a tais normatizações. Disciplinar os corpos possibilita novas formas de controle, que não englobam a busca por extinção dos delitos (FILHO, 2015).

Ainda, o autor (2014) expõe a ideia do Panoptismo, que se trata de um poder a partir da vigilância contínua, de forma a manter um exercício de controle sobre o detento, em que "o essencial é que ele se saiba vigiado" (FOUCAULT, 2014, p. 195) mesmo que não saiba se naquele determinado momento está sendo vigiado ou não. Tal modelo demonstra que a vigilância, nas prisões, também se configura como uma forma de poder, além de usá-la para controle e correção.

Em relação ao poder disciplinar, existente nessas instituições, Foucault (2014) coloca que, a partir da hierarquia e da vigilância, o objetivo primordial deste modelo consiste numa espécie de "adestramento", apontando que "a disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício" (FOUCAULT, 2014, p. 167).

Logo, a manutenção do poder de punir, nas prisões, culmina numa homogeneização da população carcerária, isto é, faz reduzir determinadas características individuais e depende de um modo específico de produção de subjetividades, estimulando subjetividades vigilantes e punitivas (GUIMARÃES; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2006).

Mediante a isso, é fundamental compreender a perspectiva de pessoas que já passaram pelo sistema carcerário sobre o modo de aprisionamento que impera nas determinadas instituições, para se atentar aos efeitos subjetivos do cárcere e como essas instituições poderiam ser desconstruídas e reconstruídas, a partir das análises foucaultianas.

2.3 OS IMPACTOS PARA A SUBJETIVIDADE

A subjetividade, segundo Guattari e Rolnik (1986), consiste num processo inacabável a partir das vivências com o mundo ao redor do sujeito, produzindo efeitos no modo dele viver e enxergar o mundo. Ela é duplamente descentrada, pois não tem foco no indivíduo e nem no grupo, e sim, se constitui como resultado da relação entre esses dois componentes. Logo, "engloba todas as peculiaridades imanentes à condição de ser sujeito" (MAMELUQUE, 2006, p. 628). Corresponde à síntese singular que o sujeito constrói a partir de suas vivências, experiências e relações da vida cultural e social, no decorrer do seu desenvolvimento, que constitui o mundo das ideias, significados e emoções internos (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Tendo isso em vista, é preciso pensar em tal processo dentro do sistema prisional, pois “mudar toda a rotina de um sujeito pode vir a ser um dos principais impactos na subjetividade dos detentos, pelo fato de ser uma mudança totalmente imposta e rígida” (FRANDOLOSO; OLIVEIRA, 2015, p. 7).

O estudo de Ferreira, Oliveira e Carvalho (2015), com base em Goffman (1961), disserta a respeito dos componentes subjetivos relacionados à condição de encarcerado, como censura social e sentimento de culpa, bem como a respeito das relações que a equipe técnica estabelece entre si e com os sujeitos encarcerados, na condição de superiores. A permanência no sistema prisional acomete grandes impactos nos modos de sentir, pensar e viver, o que demonstra a importância de estudos com fins de amenizar falhas e pensar em possibilidades de intervenção.

Ao ser inserido no sistema prisional, o sujeito precisa buscar meios de adaptação, assim como em qualquer ambiente desconhecido. O agravante da instituição discutida reside nas violências - físicas, psíquicas e morais - as quais os reclusos são submetidos com frequência (FRANDOLOSO; OLIVEIRA, 2015). Sobre isso, Bitencourt (1993), disserta sobre o processo chamado de “prisionização”, que significa a assimilação interna da cultura prisional, que faz com que tais indivíduos sejam moldados e transformados por tais vivências institucionais. A partir do processo em questão, os detentos começam a naturalizar tais experiências de injustiça e violência, como forma de adaptação e sobrevivência.

Destarte, Deleuze (1988) coloca que a identidade de “preso” influencia diretamente nos modos de subjetivação e implica na interiorização das relações de poder. Além disso, no estudo de Tondin e Cortina (2021), foi analisado que as pessoas encarceradas compartilham uma linguagem específica, a partir de gírias, que se configura como o meio de comunicação entre elas. Tal comunicação significa uma forma de pertencimento no grupo e pode ser considerada mais um dos mecanismos de adaptação à realidade do cárcere. Ainda, a solidariedade por vezes percebida entre as pessoas privadas de liberdade também contribui para amenizar o sofrimento inerente à inserção no sistema prisional.

Vale ressaltar, também, que tais processos de institucionalização fazem parte da vida social, como as rotinas de escola e trabalho, porém, o sujeito conta com a possibilidade de escolhas, postergações, burlamentos, etc. No sistema prisional, ao contrário, existe um regime rígido que não admite vontades individuais (TONDIN; CORTINA, 2021).

Ainda, o trabalho de Frandoloso e Oliveira (2015) traz como resultado os possíveis impactos negativos do sistema prisional vigente para a subjetividade das pessoas inseridas nele, pois estas, sujeitas a um tratamento violento pelos superiores, pela justiça, pela sociedade, e em muitos momentos pelos próprios colegas de cela, são prejudicadas no processo de manter sua subjetividade diante de tais vivências. Além disso, o sistema prisional não possui muitas alternativas de promoção de saúde mental para subsidiar mudanças positivas nos detentos, e apenas mantê-los longe do convívio social não é suficiente para reduzir os índices de reincidência. Sendo assim, o que se tem “é preconceito do lado de fora das grades e uma luta constante por sobrevivência do lado de dentro” (FRANDOLOSO; OLIVEIRA, 2015, p. 12).

2.4 PSICOLOGIA E SISTEMA PRISIONAL

A Psicologia foi inserida no sistema prisional brasileiro com fins de oferecer instrumentos para individualizar as questões e fazer avaliações relacionadas às execuções penais, sendo que apenas a partir de 2003 os psicólogos passaram a participar das equipes de saúde penitenciária, com a expedição do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (P.N.S.S.P) (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021). Todavia, até os dias atuais é possível perceber psicólogos dessa área atrelados às questões avaliativas, por demandas judiciais (NASCIMENTO; BANDEIRA, 2018), isto é, buscando diagnosticar a personalidade e a "periculosidade" dos detentos, o que atrapalha a escuta do sujeito como um todo e inserido num contexto histórico, cultural e social, além de manter a individualização dos crimes.

Sobre isso, Rauter (2010 apud NASCIMENTO; BANDEIRA, 2018) sinaliza que a Psicologia não foi inserida no sistema carcerário para promover uma humanização, mas, ao contrário, potencializar estratégias de punição por parte do Estado. Constantemente, tal ideia continua sendo perpetuada, e, por isso, os psicólogos enfrentam muitas dificuldades para manter um posicionamento crítico mediante determinadas demandas do poder judiciário, que por vezes mantém o foco nos trabalhos avaliativos mencionados inicialmente.

Em se tratando das políticas públicas que subsidiam o sistema prisional no sentido de promover condições mais humanas para as pessoas encarceradas, tem-se a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas no Sistema Prisional (P.N.A.I.S.P), instituída em 2014 pelo Ministério da Saúde em conjunto com o Ministério da Justiça, com o objetivo de viabilizar ações e serviços de assistência à população prisional do Brasil, de maneira integral, em termos de saúde. Esta política tem como base a Rede de Atenção à Saúde (RAS) do Sistema Único de Saúde (SUS), através das Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP), compostas por diferentes profissionais que juntos formam o serviço psicossocial das unidades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021).

Sendo assim, a partir da elaboração da PNAISP, o paradigma da prática avaliativa pericial, por parte do psicólogo, deu lugar à prática de atenção psicossocial, com fins de atender o sujeito encarcerado de maneira integral, o que possibilitou ações e projetos que visassem à socialização, com uma equipe multiprofissional (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021).

Nesse sentido, a atuação do profissional de Psicologia no interior das unidades prisionais, segundo a resolução do CFP nº 09/2010, é fundamentada na atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade e necessita ter como objetivo a promoção da sociabilidade por meio de ações intersetoriais. Em contrapartida, este tipo de prática enfrenta muitos desafios no sistema carcerário, o que coloca o trabalho da Psicologia em discussão, pois esta deve buscar reduzir o sofrimento emocional decorrente do encarceramento - com as condições precárias supracitadas -, de forma a contribuir positivamente nas relações do sujeito quando este volta a possuir o direito de liberdade (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021).

A estrutura das unidades prisionais também interfere nas modalidades de suporte psicológico. Numa pesquisa com cerca de 500 profissionais psicólogos do sistema penitenciário brasileiro, ficou constatado que 39,8% dos espaços em que estes participantes trabalham não possuem estrutura com sala específica para atendimento de Psicologia, o que compromete a privacidade (CONSELHO

FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021). Em seguida, com relação às atividades desenvolvidas no dia-a-dia de trabalho, foi colocado, com mais frequência: acolhimento; atendimentos de emergência; avaliação psicológica; acompanhamento individual; aconselhamento; encaminhamento para serviços especializados; elaboração de pareceres; discussão de casos; atendimento conjunto em equipe; grupos; entre outros (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021).

Segundo Nascimento e Bandeira (2018), dentre os desafios enfrentados na atuação do psicólogo dentro do sistema prisional, tem-se a falta de recursos e de tempo. Para criar possibilidades de intervir em defesa de uma atuação ética, é preciso primeiramente conhecer o sistema prisional de forma aprofundada e as problemáticas concretas pelas quais os sujeitos encarcerados, que serão alvo das intervenções, são acometidos, o que fomenta a importância do estudo aqui exposto. Desta maneira, é possível pensar em formas de viabilizar intervenções que atendam a demandas reais e que estimulem a participação dos indivíduos. É necessário que o trabalho do psicólogo vá além da avaliação de periculosidade criminal (NASCIMENTO; BANDEIRA, 2018).

Além disso, Marcis (2016 apud NASCIMENTO; BANDEIRA, 2018) coloca o quanto seria importante que profissionais da Psicologia fizessem algum tipo de trabalho com os agentes penitenciários, com diálogo e cuidado, para que eles também possam, por consequência, contribuir nas ações realizadas.

Ainda na visão de Nascimento e Bandeira (2018), a prática psicológica no sistema prisional pode ir além de intervenções diretamente ligadas à saúde e adoecimento. Pode-se buscar reduzir os efeitos do encarceramento através de diversas estratégias, de acordo com os recursos disponíveis, como aliar a arte e a cultura como forma de promover saúde no contexto da privação de liberdade. Para tanto, torna-se essencial compreender os efeitos do sistema prisional para a subjetividade da população privada de liberdade durante o cárcere e também quando se tem esse direito de volta.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa, que, segundo Gerhardt e colaboradores (2009), busca se aprofundar na compreensão de um determinado grupo social ou instituição, o que dá vazão a esse tipo de pesquisa com o tema aqui discutido. Além disso, se caracteriza como um estudo exploratório, envolvendo levantamento de bibliografias e entrevistas com pessoas que são implicadas diretamente com o problema discutido (GIL, 2007 apud GERHARDT et al., 2009). Logo, foram entrevistados quatro egressos do sistema prisional brasileiro, que estiveram encarcerados em regime fechado.

O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), com um roteiro de questões organizado previamente pelo pesquisador, mas permitindo e incentivando a fala livre dos entrevistados sobre os assuntos que foram surgindo a partir do tema principal (GERHARDT et al., 2009). Para isso, os procedimentos para a entrevista se iniciaram através da divulgação de um Google Forms ao amplo público, como uma forma de busca dos possíveis participantes - egressos do sistema prisional que estivessem dispostos a falar sobre o tema. Isto é o que Gil (2008) chama de seleção por critérios de conveniência e acessibilidade, em que "o

pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso" (GIL, 2008, p. 94).

Após isso, foi feito contato com as pessoas que manifestaram interesse em participar através do formulário, a fim de marcar um dia e horário para as entrevistas, que ocorreram de forma virtual, através de videochamada. Nesta, foram explicados a proposta da pesquisa e os tópicos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B). Havendo concordância com a participação, formalizada via e-mail, deu-se início à entrevista.

Ainda, a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) foi adotada no sentido de pensar o conteúdo da entrevista a partir de temáticas, sendo que a interpretação dos resultados foi feita com base na Análise Institucional de Michel Foucault, em especial a obra "Vigiar e punir: o nascimento da prisão" (2014) e textos que a atravessam.

Ademais, a pesquisa se sucedeu com o respeito aos aspectos éticos, assegurando os direitos dos entrevistados como de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, de obter esclarecimentos sobre os procedimentos, e o anonimato. Tal processo se fundamenta no Código de Ética Profissional do Psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014), nos artigos 9º e 16º, que dissertam sobre o compromisso com a confidencialidade da intimidade das pessoas e a postura profissional do psicólogo em estudos e pesquisas, respectivamente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os processos relativos às entrevistas ocorreram entre 25/09/2022 e 20/10/2022. O primeiro acesso aos participantes se deu através de um formulário do Google disparado/divulgado ao amplo público, para que os possíveis participantes deixassem seu contato manifestando interesse em participar da pesquisa, o que permitiu um levantamento de quantas pessoas seriam entrevistadas.

Embora o formulário tenha alcançado 9 respostas em apenas 4 dias, só se obteve retorno de 5, e dessas, 4 participaram da entrevista. Ainda, antes da realização das entrevistas, 4 encontros foram desmarcados pelos participantes, apesar de confirmados, o que demonstra uma possível dificuldade de se colocar em relação ao tema. Isso pode estar atrelado aos processos de silenciamento e disciplina aos quais os encarcerados são submetidos, que ainda serão discutidos aqui.

Ao pesquisar o assunto, inicialmente, o Escritório Social³ foi pensado como via de acesso aos participantes, mas devido ao curto espaço de tempo para a realização das entrevistas e questões burocráticas, optou-se pelo critério de conveniência.

No que tange ao perfil dos entrevistados, 4 egressos do sistema penitenciário brasileiro, todos são do gênero masculino e possuem uma média de idade de 27 anos, tendo entre 24 e 33 anos. Observa-se grandes distinções em relação ao tempo de permanência na unidade prisional, que variou entre 6 meses e 6,7 anos, o que declara que essa é uma variável que não define os posicionamentos colocados.

Dessa forma, foram abordados, na entrevista, os temas: subjetividade; vivências na unidade prisional; mudanças no modo de pensar e agir; e afetos.

³O Escritório Social é um equipamento público que, a partir da articulação entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, possibilita acolher as pessoas egressas do sistema prisional e os seus familiares, por meio de serviços especializados (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2022).

Vale ressaltar que foram usados nomes fictícios para se referir aos egressos entrevistados, a fim de garantir o anonimato.

4.1 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO ENCARCERAMENTO

Conforme citado anteriormente, Foucault (2014) coloca que o poder disciplinar busca, acima de tudo, um adestramento dos indivíduos, apontando que a disciplina é uma técnica de poder que toma os indivíduos como seus objetos, o que leva ao questionamento dos efeitos da passagem pelo sistema prisional para a subjetividade, visto que se trata de uma instituição fortemente regida por uma hierarquia e uma lógica de poder.

Scopel (2012) argumenta que nas instituições penitenciárias rege uma lógica de poder que se sustenta pela produção do que ela chama de “mortes subjetivas”, isto é, há um apagamento do sujeito a partir das relações de poder que compõem essa lógica, e, em substituição, são fabricadas subjetividades ligadas ao sofrimento e à impotência de agir e decidir.

Tais teorias aparecem no discurso dos participantes quando estes passam a refletir o que foi a experiência do encarceramento:

Tipo assim, eles te tratam ali como um bicho, apaga seus pensamentos e deixa você ali esquecido, entendeu? (Antônio)

A partir da fala acima, em que Antônio coloca o sentimento de ter seus pensamentos apagados e compara seu tratamento ao de um animal - um ser irracional e que vive de acordo com suas necessidades de sobrevivência -, percebe-se um apagamento da subjetividade utilizando dos pensamentos e da segregação.

Sendo esta uma “subjetividade morta”, o que se produz no lugar em que estavam os pensamentos que foram apagados?

Sistema prisional não muda a pessoa, faz outra pessoa na verdade (Vinícius)

Ao que parece, Vinícius reconhece que o encarceramento produz uma nova forma de ser, que podemos traduzir como um novo modo de subjetivação, ou seja, afeta os sentimentos, pensamentos e ações. O sistema prisional se diferencia dos outros espaços por se constituir a partir de relações de poder e, para Foucault (2014), o objetivo do poder é a produção de corpos dóceis, que se tornam úteis ao aceitarem as transformações impostas sem resistência.

Tendo que as prisões são instituições totais, a partir de Goffman (1961), e que “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social”, segundo Guattari e Rolnik (1986, p. 31), concluímos que as relações construídas nas instituições carcerárias atuam de forma incisiva nos modos de subjetivação dos sujeitos presos, principalmente porque a unidade prisional se torna seu único espaço de existência e contato com outros sujeitos.

Torna-se relevante também resgatar o conceito de Goffman (2001 apud KUNZE, 2009) de “mortificação do eu”, que afirma que o caráter total da instituição, nesse caso a carcerária, faz com que a concepção de si mesmo seja suprimida, principalmente pela barreira que é colocada entre o encarcerado e o mundo externo, pois o primeiro “está privado de estabelecer as relações que o definem como o sujeito que precisa se constituir para viver” (MILANEZ, 2021, p. 26). Com isso,

Milanez (2021) argumenta que a dessubjetivação quebra a relação do sujeito consigo.

Isso fica nítido no discurso dos egressos ao serem convidados, na entrevista, a falar sobre si. Dois dos entrevistados não conseguiram encontrar palavras para se definir. Antônio, embora tenha desenvolvido argumentos sobre os temas levantados anteriormente, ao ser perguntado o que vem em mente ao pensar na palavra “eu”, se sentiu perdido, e Vinícius não conseguiu pensar em nada.

Eu? Agora você me pegou, hein? [...] Quando eu penso em eu, eu não entendi. Não, tipo assim, eu... Eu... Uma pessoa, um homem? Não sei, tipo, não sei... Eu fiquei meio perdido agora (Antônio)

[...] Pô, não vem nada (Vinícius)

Nota-se que a dificuldade, e por vezes a impossibilidade, de falar sobre si expressa que o encarcerado passa por um processo de dessubjetivação mediante às imposições do sistema prisional, pois, na medida em que as unidades carcerárias não admitem vontades individuais, os sujeitos passam a buscar meios de se adaptar a tal realidade e se submetem aos processos como forma de sobrevivência.

Ainda, sabemos que o ser humano é essencialmente gregário e que o sujeito se constitui a partir de suas relações com o outro (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999). Por isso, o modelo de aprisionamento, ao implicar em mudanças nas relações, afetar os vínculos do recluso e quebrar sua relação consigo, provoca transformações no ser sujeito. O encarcerado pode passar a se relacionar a partir do que viveu na instituição, que, como já vimos, se resume à obediência, vigilância e punição, o que confronta a função de ressocialização do sistema prisional.

Enquanto isso, os outros dois participantes, Pedro e Rodrigo, definem-se a partir da experiência de ter o direito de liberdade de volta, após a passagem pelo sistema prisional.

[...] Então "eu"... de certa forma, um orgulho. Em qual sentido? Eu consegui vencer uma barreira, eu consigo olhar pra trás, o que eu vivi lá dentro e o que eu vivo hoje (Pedro)

[...] Ah, a palavra que vem na minha cabeça quando eu penso "eu" hoje em dia eu mesmo posso abrir os olhos que hoje eu vivo em liberdade. Hoje eu tenho o privilégio de rever todas aquelas pessoas que sempre me apoiaram, que sempre me ajudaram (Rodrigo)

Logo, esses discursos expressam o quanto a passagem pelo sistema penitenciário interferiu na maneira de enxergar o mundo, o que retoma a importância de reconstruir tais instituições a partir das relações que as permeiam.

Pedro, inclusive, coloca - com muita emoção - que se fosse diretor de uma unidade prisional, priorizaria o abraço na visita dos familiares:

[...] Melhoraria na questão da visita do abraço, que é algo que é muito importante. Ajuda demais, demais, psicologicamente a vida de um interno ele poder abraçar a família (Pedro)

Desta maneira, é possível perceber que a passagem pelo sistema prisional produz modos de subjetivação específicos, a partir da redução das características individuais e da homogeneização da população penitenciária, como dissertam

Guimarães, Meneghel e Oliveira (2006).

4.2 VIVÊNCIAS E RELAÇÕES NO SISTEMA CARCERÁRIO

Foucault (1979) discute as relações de poder existentes nas instituições prisionais e argumenta que desde o seu surgimento elas têm como objetivo funcionar como um depósito de delinquentes, sendo que estas próprias instituições, segundo o autor, também fabricam a delinquência, em oposição à ideia de reforma. “Foucault afirma que um dos objetivos da prisão seria agrupar os prisioneiros em um espaço controlado, onde a delinquência se perpetuava em função do valor político (de poder) que adquiria” (FERREIRA; OLIVEIRA; CARVALHO, 2015, p. 26).

Tal ideia de agrupamento e controle dos prisioneiros - não com fins de ressocialização, mas sim de mantê-los rotulados e segregados da sociedade - aparece na fala de Antônio em um tom de revolta:

[...] É o que o sistema, tipo assim, quer, eu acredito. Tipo assim, misturar um com o outro pra dali sair tudo de ruim, entendeu? (Antônio)

O apontamento de Antônio diz de um tipo de socialização que objetiva dissolver os sujeitos para diminuir as suas singularidades, assim como supracitado por Guimarães, Meneghel e Oliveira (2006). Além disso, denuncia a busca por uma maior aparição do crime do que do sujeito, ressaltando a importância de construir um olhar social para os fatos, como dito por Frandoloso e Oliveira (2015).

Na busca pela compreensão de como os egressos interpretam as vivências no sistema carcerário, teve-se como principais questões levantadas o ócio, o desalinhamento com os Direitos Humanos, e as relações que permeiam uma unidade prisional.

Rodrigo, que esteve encarcerado por 6 anos e 7 meses, afirma veementemente que:

O sistema prisional nunca vai mudar. Vai ser sempre o mesmo. Vai ser sempre aquela mesma rotina. Você vive uma vida lá dentro e durante anos que você vai ficar é a mesma rotina, não muda (Rodrigo)

A rotina a que ele se refere consiste em passar a maior parte do tempo na cela, assim como colocaram os outros 3 entrevistados:

Você fica trancado na cela o dia inteiro, a noite inteira, todo momento, e come, bebe e dorme aí. Entendeu? (Antônio)

Só o que fazia era ficar na cela trancado e lá entrava um dominózinho e a gente ficava jogando dominó lá, mas não era sempre não (Vinícius)

Aí almoçava e passava o restante do dia dentro da cela (Pedro)

Além disso, quando questionados o que mudariam nas instituições carcerárias, todos os entrevistados colocaram a importância de inserir tarefas diversificadas na rotina da unidade prisional, como trabalho, direito ao estudo desde a entrada no sistema, atividades relativas ao lazer, artesanato, aula de instrumento, entre outras.

Tipo assim, eu evitaria deixar os presos mais, tipo, trancado o dia todo na cela. Porque igual, você fica trancado num quadrado, é... Num tamanho de um quarto, menor do que um quarto, com 4, 5 pessoas dentro, que só matou, só roubou, só vendeu droga, só fez tudo de ruim. Aí tipo assim, não tem como você pensar nada

de bom ali (Antônio)

Com isso, os egressos expressaram o entendimento de que essa perpetuação da inatividade afeta o encarcerado de maneira negativa, e, por isso, deveriam ser desenvolvidas intervenções que acolham tal questão. A ociosidade, para Foucault (2014), é uma das origens dos crimes, e devido a isso que se discute tanto a inserção do trabalho nessas instituições. "Foucault busca rever o nosso sistema penal, uma vez que ao manter os presos ociosos, o sistema prisional acaba por aguçá-los ainda mais os vícios dos detentos" (PAIVA, 2012, p. 11). Diante disso, Paiva (2012) reforça a ideia de que, para uma reconstrução do sistema penitenciário, é necessário melhorar as estruturas físicas e buscar extinguir a ociosidade, o que é reafirmado pelos entrevistados.

Em se tratando das condições em que os encarcerados (sobre)vivem nas cadeias, Rodrigo responsabiliza o Estado e remete à questão dos Direitos Humanos:

O Estado assim, ele não quer saber de quem "tá" preso. Problema de quem "tá" preso, vai morrer lá dentro (Rodrigo)

Direitos Humanos x Encarceramento é uma questão bastante discutida na sociedade. Os direitos dos detentos, segundo a Constituição de 1988, condizem com as premissas dos Direitos Humanos (NALLES, 2015), porém, é preciso se atentar ao fato de que nem sempre as Leis são cumpridas na realidade penitenciária, o que faz com que a dignidade do sujeito preso seja abalada.

Isso se prova à medida que os entrevistados denunciaram: as condições do banho, que, por ser muito rápido e insuficiente, levava até a juntarem água na pia da cela para tal, o que era proibido; a superlotação - muitos encarcerados em um espaço de 3mx3m; muita dificuldade para conseguir atendimento médico - Rodrigo colocou que já ouviu que era para ele morrer lá dentro da unidade; muitas represálias por parte dos agentes penitenciários, principalmente sobre apanhar nas celas; a má infraestrutura das cadeias - Antônio compara a temperatura ao inferno; e a psicologia nas penitenciárias - Pedro a define como *algo bem raso* e que *não chega a ser uma conversa*.

Tais falas reiteram a necessidade de fazer jus ao compromisso da Psicologia no encarceramento, a fim de desnaturalizar a ideia de que o encarcerado não tem direito à saúde, higiene e alimentação dignas e contribuir para a desconstrução das práticas que sustentam essa realidade.

Em continuidade ao entendimento de como os egressos interpretam as vivências no sistema carcerário, foram colocadas questões sobre as relações que permeiam uma unidade prisional, sendo elas: com os agentes penitenciários; com os outros internos; com a família; com a equipe psicossocial; com o tempo.

Agente penitenciário ele servia, no caso, e prejudicava [...] é... batendo, é... Esculachando, no caso né, qualquer coisinha que você fizesse era motivo de pancada. Eles só serviam pra tipo assim, te tirar da cela, levar em algum lugar e, às vezes se precisava de um atendimento eles não se prontificavam em te dar, tipo, se tivesse passando mal, você vai morrer ali primeiro pra depois ir pro médico, se ligou? Tipo isso (Antônio)

Às vezes os cara age da má fé... Tipo, maioria das vezes eles não cumprem com a Lei. Lá dentro da cela, tipo, se um preso aprontar todos pagam, eles não quer saber

se foi um ou outros, eles já chegam arrebatando todo mundo (Vinícius)

[...] o atendimento médico, se você "tá" passando mal, eles não te dão, eles falam que você tem que morrer lá dentro, entendeu? (Rodrigo)

Se considerarmos que o agente penitenciário é a principal figura representante do poder e também do Estado no sistema carcerário, e atitudes como as citadas acima são frequentes, temos os agentes como ferramenta de manutenção disciplinar. É possível perceber, a partir do estudo de Jaskowiak e Fontana (2015), um antagonismo na função do agente penitenciário, pois, ao mesmo tempo que lhe é cabido promover meios de reintegração do preso na sociedade, é ele que precisa manter a ordem e a disciplina nas cadeias. Sendo assim, fica difícil manter uma relação entre o encarcerado e o agente que traga a função da ressocialização.

O preso dentro da cadeia ele não pode ter muito contato com agentes, criar vínculos, vamos dizer, porque dentro da galeria, é, o interno que faz amizade com um agente penitenciário é considerado como um cagete, algo desse tipo, vamos assim dizer. Então esse vínculo, ele é bem pouco, que eu pude criar, entendeu? Pra não receber represálias dos próprios detentos (Pedro)

Ao que parece, Pedro reafirma a impossibilidade de se relacionar com os agentes penitenciários senão pela via da obediência. A imagem que os encarcerados têm desses profissionais os distancia, se tornando mais uma das relações que contribuem para o modo de subjetivação que é produzido nas instituições prisionais, antagônico à perspectiva da ressocialização.

Pedro e Vinícius colocam dois diferentes tipos de relações entre os internos: de parceria e de medo.

Mesmo que na rua tenha problemas um com o outro, mas quando chega lá dentro um apoia o outro, de uma certa forma, é, contra a repressão de agentes, ou de outros presos também (Pedro)

Não tinha como dormir direito. Por "tá" dentro de um presídio né, por ter pessoas de vários tipos lá que a gente nunca viu na vida e tinha que "tá" convivendo, e sem saber o que se passa pela mente da outra pessoa também. Por questão de segurança própria. De responsabilidade própria. Em que sentido? Em várias coisas né, no modo de falar, na forma de olhar, é, sempre ter um pé atrás com tudo (Vinícius)

Com a fala acima, Pedro destaca a parceria entre os internos como um dos mecanismos de sobrevivência nas penitenciárias, da mesma forma que Tondin e Cortina (2021), citados anteriormente, colocam essas relações como uma maneira de diminuir o sofrimento advindo do encarceramento. Em contrapartida, Vinicius argumenta que o convívio com esses outros internos que nunca foram vistos anteriormente, condenados por praticarem crimes, provoca receio e medo, dificultando o sono. Tal concepção demanda uma maior atenção aos trabalhos com foco no desenvolvimento do vínculo entre os encarcerados, principalmente considerando que eles se tornam as únicas pessoas de convívio uns dos outros. Além disso, a partir da fala em questão, é possível atrelar esse modo de subjetivação à teoria de Guimarães, Meneghel e Oliveira (2006) de que o sistema estimula subjetividades vigilantes e punitivas.

Assim, ao mesmo tempo que o encarcerado sabe que está submetido à constante

possibilidade de vigilância, isto é, se vê vigiado o tempo todo, ele também exerce essa vigilância em relação aos outros internos como medida de segurança pessoal. Dessa forma, o 'vigiar e punir' se mantém dentro e fora das celas e também passa a fazer parte do modo de se relacionar, que pode se estender além do período da prisão, o que dificulta uma reinserção digna na sociedade.

Ainda sobre os vínculos dos encarcerados, a família foi definida como "força", "tudo", "alegria" e "porto seguro". Estas definições nos fazem refletir que esta é uma relação que impacta fortemente na subjetividade do encarcerado longe do seu porto seguro, a família, que compõe o sujeito desde o seu nascimento.

Ademais, a burocracia, nesse caso, das visitas, é vista pela Análise Institucional como parte da organização do poder, com fins de alienar as decisões do outro em favor dos dirigentes (LAPASSADE, 1977 apud GUIRADO, 2009). Isto significa que o sistema pode se dispor de tal ferramenta para afastar a família, o que causa impactos na subjetividade do encarcerado. Vale ressaltar, ainda, que a família, através das visitas, se torna a única ligação do encarcerado com o mundo externo, mesmo que essa relação seja fragilizada pela distância e não participação no cotidiano (BASTOS, 1997 apud FRANDOLOSO; OLIVEIRA, 2021), mostrando a essencialidade desses vínculos no processo de cárcere.

Sobre a equipe psicossocial, a visão de Antônio é que:

[...] são pessoas que iam te ajudar, na comunicação, familiares, médico [...] mas em questão psicológica não tem como, porque é doído mesmo (Antônio)

Já para Pedro,

É algo bem simples né, bem simples mesmo. A psicologia de lá é algo bem raso. Eu tive consulta com a psicologia lá duas vezes, se eu não me engano. É perguntas bem bem simples que eles fazem, não chega a ser uma conversa. É como que "tá", o que fazia aqui fora. É uma coisa bem simples mesmo. Não chegava a ter um acompanhamento psicológico legal, entendeu? É algo bem simples (Pedro)

Uma psicologia que não chega a ser nem uma conversa é algo que compromete a saúde mental, principalmente diante do encarceramento. Infelizmente, a partir da fala dos egressos, ficou claro que as funções cabidas ao psicólogo, nas cadeias, estão atreladas a questões administrativas, como organizar visitas e atendimentos médicos. Tais tarefas contribuem para a estadia nas penitenciárias, mas a atuação precisa ir além, utilizando dos recursos disponíveis para reduzir os efeitos negativos do encarceramento e contribuir para a ressocialização, como citado anteriormente por Nascimento e Bandeira (2018).

Sobre a relação com o tempo, os egressos por vezes nomearam o cotidiano na cela como uma perda de tempo e pontuaram a particularidade de não saberem o horário quando se está em cárcere. Uma das funções do horário é regulamentar os ciclos de repetição (FOUCAULT, 2014). Ao que parece, o "não saber o horário" diz de um meio de naturalização da constante perda de tempo, pois a contagem do tempo não está disponível ao detento.

Com tudo isso, nota-se que as práticas e as relações que permeiam a rotina do encarcerado afetam a sua subjetividade de maneira negativa, por serem vivências impostas e rígidas, que dificultam a manutenção de características individuais (FRANDOLOSO; OLIVEIRA, 2015).

4.3 MUDANÇAS NOS MODOS DE PENSAR E AGIR

Pedro coloca que a mudança que percebe em si após a passagem pela prisão é a desconfiança em relação a tudo, o que retoma, mais uma vez, a teoria da perpetuação de subjetividades vigilantes e punitivas (GUIMARÃES; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2006). Enquanto isso, Rodrigo conta que teve depressão e muita perda de peso, porque seu júri foi desmarcado diversas vezes e ele passou mais de 6 anos na detenção provisória, em concordância às denúncias de Monteiro e Cardoso (2013).

Bauman (1999 apud FILHO, 2015) argumenta que as instituições prisionais abandonaram o papel de suposta ressocialização dos encarcerados, aparecendo apenas como um depósito de condenados e restringindo-os à imobilidade e ao afastamento das relações sociais. Sendo assim, provocar mudanças no que diz respeito ao desaparecimento dos crimes é um desafio que por vezes não é considerado no regime das instituições carcerárias.

Nessa mesma perspectiva, Antônio coloca:

Rapaz, mudar só se for por mim mesmo, porque se for pelo sistema você só piora (Antônio)

E, em outro momento, justifica:

Eu acredito que poderia ser diferente, entendeu? Alguns, assim, acaba se tornando pior, entendeu? Tipo assim, igual é, por exemplo, cai uma pessoa ali que roubou um celular, por exemplo. Aí ele vai e acaba se misturando com uma pessoa que é homicida, "tendeu"? Disso daí ele vira um homicida, ou conhece outras pessoas e vira um traficante. Tipo assim, eu acho que eles poderiam ressocializar as pessoas, tipo, separar o bem do mal, por exemplo, não tem? Tipo assim, pra não ter o contato do que é... (Antônio)

Rodrigo e Vinícius também concordam que o sistema dificulta mudanças para melhor:

Eu vi internos que falavam que queria sair, matar, roubar, destruir. Você dando oportunidade pra uma pessoa, ele pensa em mudar de vida, ele pensa em levar uma vida diferente (Rodrigo)

Eu aprendi foi nada lá. Porque eles não me ensinaram nada lá. Só que... Lá dentro tem que ter respeito, com o próximo que "tá" perto de você né... (Vinícius)

A partir das falas acima, nota-se que as principais mudanças que os egressos percebem em si estão ligadas às relações - consigo e com os outros, apontando mais uma vez que a dinâmica das relações no sistema penitenciário precisa ser repensada com base nos seus desdobramentos.

Por fim, Antônio afirma como mudança em si a forma como se viu diante do mundo, ao sair da unidade prisional:

Quando eu saí eu parecia tipo um indigente, tipo, "tava" começando a vida de novo, porque eu "tava" perdido no mundo, tipo, eu saí num lugar onde eu não sei nem onde eu estou (Antônio)

Com isso, vemos que o modo de aprisionamento vigente caminha contrário à

ressocialização, pois quebra a relação do sujeito encarcerado consigo (MILANEZ, 2021) dentro e fora das cadeias.

4.4 AFETOS NO SISTEMA CARCERÁRIO

Emoção... é algo que acontece, assim, um fato (Antônio)

Emoção? Não vem assim uma palavra em mente (Vinícius)

Ao que parece, Antônio e Vinícius não sabem definir a palavra emoção. Além disso, a fala de Vinícius expressa uma certa racionalização das experiências, ao colocar uma correspondência entre afetos e acontecimentos.

Já Pedro atrela "emoção" à "fragilidade", quando se trata da passagem pelo sistema carcerário:

Por que fragilidade? Porque muitas das vezes as pessoas que vai pra lá, é, falo por experiência própria, muitas das pessoas que "tão" lá "tão" na rua cometendo coisas bárbaras, e de uma certa forma de coração frio né, e quando chegam lá dentro, pela ausência da família, é, por outras coisas, vários acontecimentos, às vezes por represália lá dentro também, ali dentro ali a gente pode ver que que todos são frágeis sentimentalmente. Não tem uma pessoa forte (Pedro)

A fala de Pedro diz que o encarceramento faz com que pessoas que antes eram consideradas "fortes" fiquem frágeis emocionalmente devido às práticas do sistema, como o afastamento da família e as represálias vivenciadas nas penitenciárias. A disciplina dos corpos, colocada por Foucault (2014), produz indivíduos que não resistem ao imposto, sendo chamados por Foucault de "dóceis" e por Pedro de "frágeis".

Além disso, os entrevistados expuseram a preocupação que tinham sobre como seriam vistos pela sociedade posteriormente à saída da unidade prisional, o que era ainda mais acentuado quando se tratava da família.

Ademais, as definições de justiça e de prisão que foram colocadas também dizem sobre os afetos:

Justiça... justiça com as próprias mãos? (Risos) [...] justiça, tipo, vingança (Antônio)

Então quando se fala em justiça, eu penso em... como eu posso dizer? Justiça cega, literalmente né, é o símbolo que ela usa. É cega (Pedro)

Prisão? [...] Difícil. Uma palavra? Ficaria calado, porque (risos) eu não teria palavra pra falar (Vinícius)

Independente da pessoa, se ela não tiver uma pessoa, assim, acompanhando ela ali, a pessoa só se revolta né (Vinícius)

Pensar a justiça como vingança e que deve ser feita com as próprias mãos fala de um sentimento de revolta, talvez pelo isolamento que Vinícius coloca, atrelado às práticas de violência que permeiam o sistema prisional. Se a justiça é "cega" e não conhece quem está atrás das grades, ela precisa primeiramente promover uma escuta de tais sujeitos, e não um silenciamento.

A cultura do silenciamento aparece com clareza no discurso de Vinícius, quando, diante da palavra "prisão", ele ficaria calado. Como citado anteriormente por Frandoloso e Oliveira (2015), os detentos acabam por naturalizar os processos de

injustiça e violência, e, por isso, passam a não contestar o sistema.

Dessa forma, discutir os afetos que cada prática carcerária suscita permite esmiuçar o funcionamento do sistema prisional e rever as intervenções que são realizadas, para desenvolver um olhar para as questões sociais e diminuir a individualização dos processos, como afirmaram Frandoloso e Oliveira (2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado possibilitou compreender como a passagem pela instituição prisional afeta a subjetividade dos encarcerados durante o período da prisão e após a liberdade, alcançando os objetivos propostos, pois, ao dar voz aos sujeitos egressos do sistema carcerário brasileiro, as artimanhas das prisões desdobradas por Foucault apareceram no discurso dos participantes e por vezes foram identificadas por eles.

Para tal, a maior dificuldade enfrentada foi a resistência dos egressos a falar sobre o tema, visto que muitas entrevistas foram desmarcadas por eles e alguns nunca deram retorno sobre o contato realizado. Isso demonstra a importância de discutir o tema, tanto para os egressos quanto para os profissionais das instituições carcerárias, a fim de romper com a lógica de silenciamento e promover escuta e relações que não contribuam para os processos de dessubjetivação vivenciados pelos encarcerados.

Além disso, ressalta-se aqui a importância de alavancar os estudos neste âmbito, considerando a complexidade das questões penitenciárias e a escassez de produções sobre elas, mesmo em se tratando de uma realidade tão essencial de se pensar no contexto atual.

Neste sentido, sugere-se pesquisas com base no método cartográfico, que acompanhem os processos vivenciados pelo encarcerado e usem da palavra para atuar nessa realidade. Também são relevantes estudos que propiciem a escuta e a compreensão dos processos vivenciados pelos familiares dos encarcerados e pelos agentes penitenciários, tendo em vista que estas relações, quando sadias, podem contribuir para os processos de subjetivação do encarcerado na perspectiva da ressocialização, diminuindo a barreira entre o interno e o mundo externo.

Por fim, levantar a temática do funcionamento do sistema carcerário e os seus efeitos é fundamental para ampliar o olhar sobre as questões sociais, principalmente nos estudos de Psicologia, em que o sujeito e suas relações no mundo são o objeto principal. Ainda, tais discussões promovem visibilidade ao assunto e às pessoas que existem e resistem no cotidiano dessas instituições, que estão à margem da sociedade. Assim, buscar-se-á honrar o compromisso da Psicologia com os Direitos Humanos para as pessoas privadas de liberdade durante o encarceramento e após ele, a fim de contribuir para a saúde mental desses sujeitos com práticas contrárias ao 'vigiar e punir', considerando as suas subjetividades.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BITENCOURT, C. **Falência da Pena de Prisão**: Causas e Alternativas. São Paulo:

Revistas dos Tribunais, 1993.

BOCK, Ana M. B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. 13 Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária. CNPCP/2015. **Ministério da Justiça**, Brasília-DF, out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética profissional dos Psicólogos. Brasília: **Conselho Federal de Psicologia - CFP**, 2014.

_____. Referências técnicas para a atuação de psicólogos(os) no sistema prisional. **Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas**, Brasília, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Reentradas e reiterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiro. Brasília: Conselho Nacional de Justiça - CNJ, 2019.

_____. **Escritório Social: concretizando direitos**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/politica-de-atencao-a-pessoas-egressas-do-sistema-prisional-escritorios-sociais/escritorios-sociais/>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

DAMÁZIO, Daiane da Silva. **O SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL: problemas e desafios para o Serviço Social**. 2010. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Centro Socioeconômico, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Foucault** (C. S. Martins, Trad.). São Paulo: Brasiliense, 1988.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Segundo Levantamento do Depen, as vagas no sistema penitenciário aumentaram 7,4%, enquanto a população prisional permaneceu estável, sem aumento significativo**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/segundo-levantamento-do-depen-as-vagas-no-sistema-penitenciario-aumentaram-7-4-enquanto-a-populacao-prisional-permaneceu-estavel-sem-aumento-significativo#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2020%2F12%2F2021,em%20dezembro%202020%2C%20para%20820.689>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

FEITOSA, Isabela Britto. **Direitos dos presidiários à luz da constituição federal de 1988 e das legislações ordinárias**. Brasil, 2014. Disponível em: <<https://joaomartinspositivado.jusbrasil.com.br/artigos/148692982/direitos-dos-presidarios-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988-e-das-legislacoes-ordinarias#:~:text=pele%20ordenamento%20jur%C3%ADdico-,Como%20qualquer%20dos%20direitos%20humanos%2C%20os%20direitos%20dos,s%C3%A3o%20inviol%C3%A1veis%2C%20imprescrit%C3%ADveis%20e%20irrenunci%C3%A1veis.&text=Esse%20direito%2>>

Otem%20fundamento%20legal,%2D%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20suficiente%20e%20vestu%C3%A1rio%E2%80%9D.> . Acesso em: 03 nov. 2022.

FERREIRA, Aline Cristina M.; OLIVEIRA, Karoline M.; CARVALHO, Paulo Roberto. Subjetividade e poder: o dentro e o fora das prisões. **Rev. Mnemosine**, v. 11, n. 1, p. 23-35, 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41606>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

FILHO, José Rodrigues Alvarenga. Prisão, delinquência e subjetividade. **Rev. ECOS**, v. 5, n. 2, p. 161-170, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/viewFile/1384/1215>>. Acesso em 03 abr. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

FRANÇA, Fátima. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. **Rev. Psicologia: Teoria e Prática [online]**, v. 6, n. 1, p. 73-80, 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872004000100006&script=sci_abstract>. Acesso em: 29 abr. 2022.

FRANDOLOSO, Tallita; OLIVEIRA, Lisandra A. O impacto das vivências no sistema prisional sobre a subjetividade dos detentos. **Psicologia.pt**, p. 1-16, jun. 2015. Disponível em <https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0883>. Acesso em: 03 abr. 2022

GERHARDT, Tatiana Engel et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 65-88. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>>. Acesso em: 08 jun. 2022

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Ervin. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Cristian F.; MENEGHEL, Stela N.; OLIVEIRA, Carmen S. Subjetividade e estratégias de resistência na prisão. **Rev. Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 26, n. 4, p. 632-645, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9893200600040010>. Acesso em: 29 abr. 2022.

GUIRADO, Marlene. **A Análise Institucional do Discurso como Analítica da Subjetividade**. 2009. Tese (Livre Docência em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/47/tde-24082009-094342/publico/tesemarleneguirado.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

JASKOWIAK, Caroline Raquela; FONTANA, Rosane Teresinha. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. **Rev. Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 2, p. 235-243, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/HkVgkzm3m3W3LSxhxYrTrVy/?lang=pt>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

KALLAS, Matheus Rodrigues. A falência do sistema prisional brasileiro: um olhar sobre o encarceramento feminino. **Rev. Direito e Movimento**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 62-89, Abr. 2019. Disponível em: <http://emerj.com.br/ojs/seer/index.php/direitoemmovimento/article/view/76/volume17_numero1_51.pdf>. Acesso em 30 abr. 2022.

KUNZE, Nádia Cuiabano. Instituições Totais. Resenha. **Rev. HISTEDBR Online**, Campinas, n. 33, p. 289-294, Mar. 2009. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj45-aipaz7AhUsm5UCHdaZC7cQFnoECBAQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.sbu.unicamp.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fhistedbr%2Farticle%2Fdownload%2F8639569%2F7138%2F10133&usq=AOvVaw3_dTzvGjO6RIAJBOKc1f1R>. Acesso em: 01 nov. 2022.

MAMELUQUE, Maria da Glória C. A subjetividade do encarcerado, um desafio para a Psicologia. **Rev. Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 26, n. 4, p. 620-631, 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400009>. Acesso em: 03 abr. 2022.

MILANEZ, Nilton. A noção foucaultiana de dessubjetivação: alicerces, experiências e modos de agir do sujeito. **Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 6, n. 3, p. 12-39, set-dez, 2021. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/170142>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n.1, p. 93-117, jan. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/wjmWpRx3yMLqSJ6fQJ9JkNG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

NALLES, Julia Monteiro. **Onde o Setembro Amarelo não adentra: suicídio no sistema carcerário**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://jornalpredio3.com/2020/09/29/onde-o-setembro-amarelo-nao-adentra-suicidio-no-sistema-carcerario/>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

NASCIMENTO, Lucas Gonzaga do; BANDEIRA, Maria Márcia B. Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 2, p. 102-116, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzBgK7y7GJzqQy98JxLPsGP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PAIVA, Franceilde Nascimento. **Vigiar e punir**: o sistema prisional na visão de Foucault. 2012. 40 f. Monografia (Licenciatura em Filosofia) - Centro de Ciências Humanas, Curso de Filosofia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

PORTAL G1. **Superlotação de presos no ES é de 65,3%, aponta Monitor da Violência**. Espírito Santo, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/05/17/superlotacao-de-presos-no-es-e-de-653percent-aponta-monitor-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 03 abr. 2022.

SCOPEL, Ana Cristina. **O pulsar da vida**: cartografando existências e resistências no sistema prisional capixaba. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

TONDIN, Celso F.; CORTINA, Camila L. Processos de institucionalização de sujeitos presos. *Rev. Subjetividades*, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/e11060>. Acesso em: 03 abr. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 Ed. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDADE:

GÊNERO:

TEMPO NA UNIDADE:

1. Como era a sua rotina na unidade prisional?
2. Você acha que houve alguma mudança em si mesmo (seja na forma de pensar, de agir, etc.) após este período no sistema prisional? Dessas mudanças, qual você acha que fez mais diferença? Pode me dar um exemplo?
3. Qual(is) palavra(s) - de uma a três - vem(vêm) à sua cabeça quando você pensa em:
 - a) Justiça;
 - b) Emoção;
 - c) Prisão;
 - d) Sociedade;
 - e) Eu.
4. O que você aprendeu no sistema prisional?
5. Em relação ao período em que esteve em cárcere, qual percepção você tem sobre:
 - a) Os outros internos;
 - b) Os agentes penitenciários;
 - c) A equipe psicossocial;
 - d) Família.
6. Como é estar em liberdade agora?
7. Agora em liberdade, o que você pensa sobre o sistema carcerário?
8. Se você fosse diretor de uma unidade prisional, o que mudaria neste espaço?

APÊNDICE B

**UNISALES – CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO
PSICOLOGIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

TÍTULO DA PESQUISA: Efeitos do ‘vigiar e punir’ para a subjetividade dos egressos do sistema prisional.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Ingrida Miranda da Silva Narciso.

PESQUISADOR ORIENTADOR: Luanna Del Carmen Barbosa Mattanó.

OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA:

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar os efeitos do sistema carcerário brasileiro para a subjetividade dos seus egressos, por meio dos objetivos específicos de: analisar como os egressos interpretam as vivências no sistema carcerário brasileiro; investigar as transformações que os egressos percebem em si após a passagem pelo sistema carcerário brasileiro; e compreender os afetos que atravessam a vida na prisão. Para tanto, será realizado um estudo qualitativo e exploratório, através de entrevista semiestruturada - que será gravada e transcrita na íntegra, mediante autorização dos participantes - com egressos(as) do sistema prisional brasileiro, que estiveram encarcerados(as) em regime fechado. Os dados serão interpretados com base na Análise Institucional, de Michel Foucault, a fim de se aprofundar nos aspectos subjetivos da experiência do cárcere.

DESCONFORTO E POSSÍVEIS RISCOS ASSOCIADOS À PESQUISA:

Considera-se que o estudo não ocasiona danos aos participantes, porém, caso o participante se sinta desconfortável, este pode interromper a pesquisa a qualquer momento e retirar seu consentimento de participação.

BENEFÍCIOS DA PESQUISA:

O estudo realizado pode contribuir para pensar possibilidades de intervenção com foco na promoção de mudanças e na ressocialização das pessoas privadas de liberdade, a partir do conhecimento dos efeitos das situações vivenciadas pelos sujeitos encarcerados. Também pode contribuir como forma de sensibilizar a sociedade para as questões do sistema prisional. Ainda, potencializará os estudos de Psicologia, e poderá servir de base para pesquisas e intervenções futuras.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Quando necessário, o voluntário receberá toda a assistência médica e/ou social aos agravos decorrentes das atividades da pesquisa. Basta procurar o Centro Integrado de Atenção à Saúde da Comunidade (CIASC), pelo telefone (27) 3331-8654, e também no endereço Av. Vitória n.950, Bairro Forte São João, Vitória (ES), CEP 29017-950.

ESCLARECIMENTOS E DIREITOS: Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS: As identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizada a pesquisa. Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade e para autoridades normativas em saúde nacionais ou internacionais, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMAÇÃO DO PARTICIPANTE VOLUNTÁRIO:

Eu, _____,
portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo
Órgão _____, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a)
sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente
expresso meu consentimento para inclusão, como participante da pesquisa. Afirmo
também que recebi via de igual teor e forma desse documento por mim assinado.

DATA: _____ / _____ / _____

Assinatura do Participante Voluntário

Ingride Miranda da Silva Narciso
Assinatura do Pesquisador Responsável

Luanna Del Carmen Barbosa Mattanó
Assinatura do Pesquisador Orientador